



JOVENS! A HORA É ESSA!

PAPE GERA MAIS DE 41 MIL POSTOS DE TRABALHO EM TODO O PAÍS

41.918 postos de trabalho directos foram criados, no âmbito das iniciativas de incentivo ao empreendedorismo e do fomento ao autoemprego, inseridas na execução do Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (PAPE).

Os dados foram avançados pelo secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social, Pedro Filipe, durante o acto de apresentação pública dos resultados alcançados e perspectivas do programa, a nível do país.

Pedro Filipe, disse ser oportuno fazer um breve balanço da execução do plano. Como não é o único instrumento de política para geração de empregos, o MAPTSS entendeu convidar outros sectores, como é o caso do Ministério da Administração do Território, para apresentar sobre o PIIM, Ministério da Economia e Planeamento, o Prodesi e o Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos

A actividade teve apresentação conjunta de outros programas do Executivo que promovem a Empregabilidade e foi testemunhada pela

governadora de Luanda, Ana Paulo de Carvalho, a embaixadora da União Europeia em Angola, Jeannette Spenen, o ministro da Economia e Planeamento, Mário Caetano João e o director do Gabinete de Quadros da Presidência da República, Edson Barreto.

Pedro Filipe afirmou que no quadro do Programa "Capacita", que visa a formação em cursos de curta duração, foi permitido a capacitação de 17 mil jovens, com uma percentagem de 59% das metas previstas até 2022. Já para o programa "Avanço", que tem como objectivo a capacitação em cursos de média duração, foram formados 16 mil jovens, com a percentagem de 54%.

O secretário de Estado para a Trabalho e Segurança Social, Pedro Filipe, referiu que no quadro da certificação profissional foram entregues 1.700 carteiras profissionais a cidadãos que exercem actividade profissional em vários ramos.

Entretanto, o microcrédito também constitui um dos programas inseridos no PAPE, cuja execução ronda

NESTA EDIÇÃO



Pag. 04

Ministra defende que a criação da política laboral deve envolver parceiros sociais

Pag. 05

Angola sem política para os trabalhadores migrantes

Pag. 06

Estágios remunerados atingem mais de mil beneficiários em todo o país

os 67,21% com a distribuição de 6.721 mil beneficiários, tendo como meta a entrega de 10 mil microcréditos até 2022.

O secretário de Estado referiu que as condições de atribuição do microcrédito são as mais favoráveis do mercado, com uma taxa de juros bonificada na ordem de 1.67%, um período de graça de três meses, um período de reembolso de um ano com possibilidade de prorrogação e uma garantia do Estado para salvaguardar eventuais inadimplentes.

O governante disse que tudo tem sido possível graças ao envolvimento de instituições financeiras credíveis, no caso o banco Sol, tendo referido que com o acordo estabelecido recentemente com o BAI-micro finanças o processo ficará ainda mais dinamizado.

Pedro Filipe afirma que com esta iniciativa foi possível a criação de 15.827 postos de trabalhos. Já para o programa de fomento ao autoemprego foram entregues 5.203 kits profissionais, numa percentagem de 12.39 %, tendo gerado 14.167 postos de trabalho.



PROGRAMA DE ESTÁGIOS REMUNERADOS ATINGE 95,5% DOS OBJECTIVOS

Para o programa de estágios profissionais, o governante fez saber que existem 1.432 jovens a frequentarem os estágios profissionais remunerados, no quadro de vários protocolos rubricados com empresas públicas e privadas.

O secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social referiu que esta iniciativa do PAPE tem uma meta inicial de 1500 estágios, estando numa percentagem de 95.5%.

O governante acredita que com o novo regulamento aprovado pelo Titular do Poder Executivo, que estabelece benefícios fiscais às empresas, a média dos números de estágios irá duplicar.

BENEFÍCIO FISCAL DAS EMPRESAS VAI PERMITIR A INSERÇÃO DE MAIS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

A partir do próximo ano, as empresas que incluírem programas de estágios profissionais e consequentemente absorverem jovens para o mercado de trabalho, vão ter benefícios fiscais.

Segundo informou, o secretário de Estado, Pedro Filipe o objectivo é inserir cada vez mais jovens no mercado de trabalho, sendo que nesta altura, dos 1.400 estagiários, mais de 80% foram absorvidos pelas mesmas empresas.

O secretário de Estado disse que o PAPE tem acordos com mais de 60 empresas, entre nacionais, estrangeiras e instituições de ensino. Destacou que os estágios profissionais constituem um dos grandes instrumentos para favorecer o ingresso de jovens no mercado de emprego. Por isso, explicou, houve necessidade de alterar a filosofia que vai permitir o código dos benefícios fiscais, a ser aprovado até final do ano.

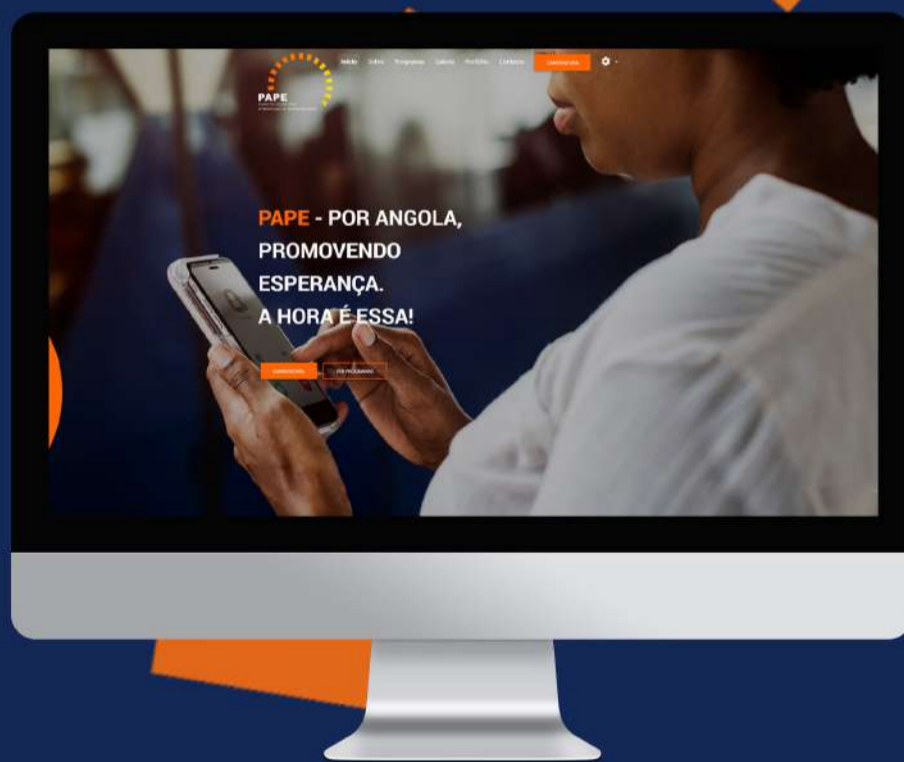
“Com isso, as empresas vão reduzir os seus encargos fiscais e todas aquelas despesas em que incorrerem com os estagiários, permitindo assim, que o número cresça e que elas estejam mais confortáveis a recebê-los”



Faça já
sua candidatura
no Portal Oficial
do PAPE

Siga as nossas redes sociais e inscreva-se
no nosso canal do Youtube

www.pape.gov.ao



Com a nova medida, realçou, o Estado deixa de suportar directamente os estágios profissionais, ao prescindir da sua receita fiscal, para que mais jovens tenham oportunidades de serem inseridos no mercado de emprego.

Pedro Filipe lembrou as metas que estão projetadas no PAPE, visam a geração de 83.500 postos de trabalho directos e 243. 000 indirectos até 2022.



MAIS CENTROS ESTÃO EM CONSTRUÇÃO NO PAÍS

O secretário de Estado do Trabalho e Segurança Social realçou que 60 por cento da população angolana é jovem, por isso, os centros não têm tido capacidade de atender á todos. Revelou que neste momento, por exemplo, estão inscritos mais de 21 mil cidadãos nos centros do país, mesmo assim, muitos ainda estão fora do programa, por este motivo, o PAPE tem avançado com formações itinerantes, no âmbito da iniciativa dos programas Avanço e Capacita, onde já formaram desde o ano passado mais de 67 mil jovens.

“Não nos limitamos aos centros de formação profissional. Também fizemos formações nas escolas, espaços concedidos pelas administrações municipais e igrejas”, realçou.

Pedro Felipe esclareceu que a formação profissional não é responsabilidade exclusiva do Estado, por isso, o MAPTSS tem desenvolvido políticas para influenciar o ingresso dos particulares. Neste momento, existem mais de mil centros profissionais privados no país, mas infelizmente a sua capacidade de inserção no mercado é menos de 15 por cento, significa que mais de 80 por cento, ainda é oferecido pelo Estado.

Pedro Filipe anunciou que estão em construção mais centros profissionais nas províncias do Namibe, Bié, Huambo e outros a serem reconstruídos no Zaire, Cuanza Norte e Luanda, para aumentar a oferta formativa.

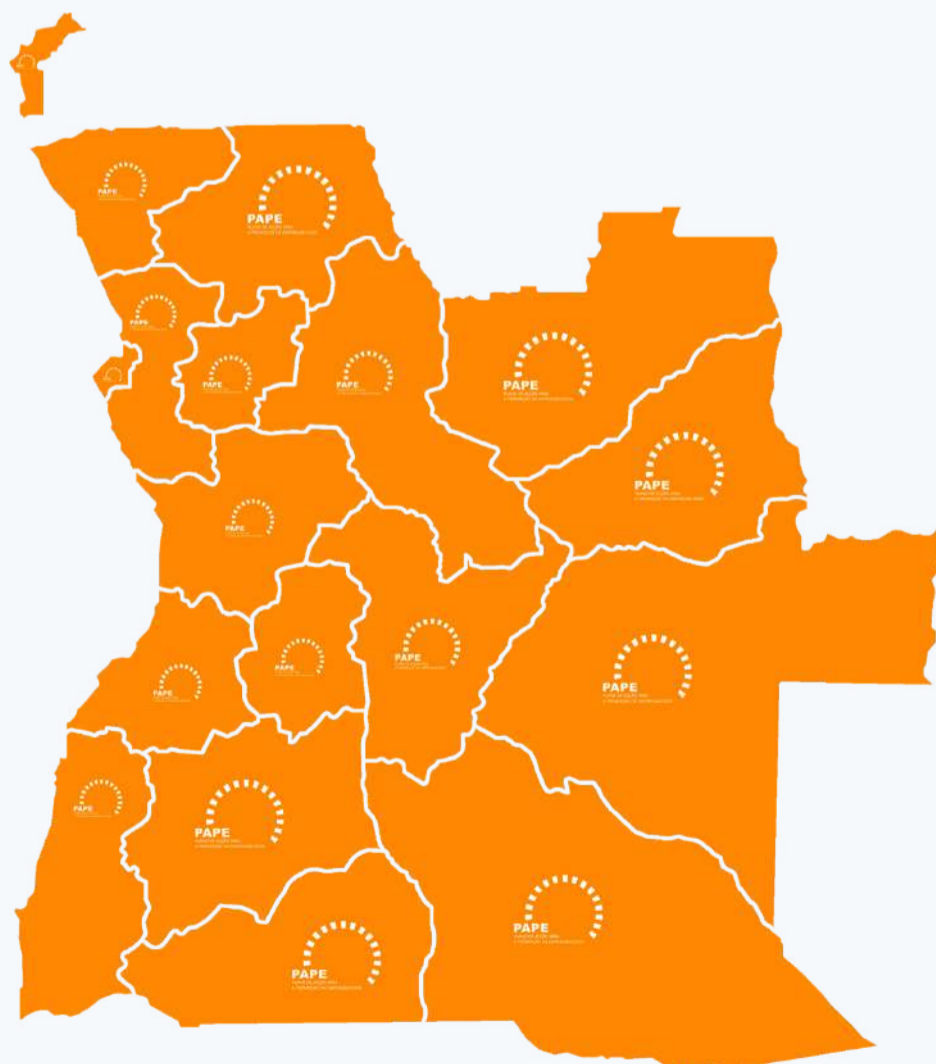
IMPACTO DA GERAÇÃO DE EMPREGOS DIANTE DA PANDEMIA DA COVID-19

Na ocasião, em representação ao ministro de Estado para a Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, o ministro da Economia e Planeamento, Mário Caetano João falou sobre os projectos do Executivo que impactam na geração de emprego.

O ministro referiu que a recepção económica agravada pela pandemia da Covid-19, tem estado na base do desemprego que assola os cidadãos, com particular incidência na juventude.

O governante destacou que segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o impacto do desemprego é superior ao que se verificou durante a crise económica mundial em 2009.

Com vista a diminuir o impacto da pandemia, realçou, o Executivo tem implementado medidas de políticas integradas divididas em quatro pilares fundamentais, nomeadamente apoio às empresas, emprego e renda, estímulo à economia, protecção dos trabalhadores no local de trabalho e diálogo social para que se encontrem as melhores solução.



SÍNTESE DO PAPE EM NÚMEROS

FORMAÇÃO PROFISSIONAL*

33.000 Beneficiários

CARTEIRAS PROFISSIONAIS

1.700 Beneficiários

ESTÁGIOS PROFISSIONAIS

1.432 Beneficiários

MICROCRÉDITOS

6.671 Beneficiários

15.827 Postos de Trabalho

KITS

5.203 Beneficiários

14.167 Postos de Trabalho

Ministra defende que a criação da política laboral deve envolver parceiros sociais



A ministra do MAPTSS, Teresa Rodrigues Dias defendeu que a elaboração da Política Laboral para Migrantes deve envolver os parceiros sociais, dentre os quais, o Executivo, as associações patronais e as organizações sindicais.

Teresa Rodrigues Dias destacou que esta auscultação vai servir para ouvir todas as partes interessadas, garantindo assim a qualidade na concepção dos instrumentos de gestão da referida política.

A Ministra referiu, que as entidades empregadoras no acto de recrutamento de Migrantes, devem obedecer os preceitos da Constituição da República de Angola, da Lei Geral do Trabalho, bem como do Regime Jurídico dos Trabalhadores Estrangeiros, pois, são instrumentos fundamentais para a boa gestão de processos de recrutamento de migrantes em Angola. Teresa Rodrigues Dias considera que os migrantes são relevantes para a economia nacional, todavia, constituem mão-de-obra complementar em relação a força de trabalho nacional, sendo que ao nível das empresas, 70 por cento de mão-de-obra deve ser nacional e 30 por cento migrante, sem discriminação do mesmo.

Ainda durante o discurso de abertura, a ministra

definiu que a migração é o deslocamento de indivíduos dentro de um espaço geográfico, de forma temporária ou permanente, e estes fluxos migratórios podem ser desencadeados por vários motivos, sejam económicos, culturais, religiosos ou políticos.

A ministra esclareceu que a falta de protecção laboral dos trabalhadores migrantes, prejudica a protecção em geral de todos trabalhadores.

Teresa Dias realçou ainda, que as normas internacionais do trabalho adoptadas ao longo dos anos pela Conferência Internacional do Trabalho da OIT são importantes para salvaguardar a dignidade e os direitos dos trabalhadores migrantes.

Teresa Rodrigues Dias destacou que estas normas incluem as oito Convenções de Direitos Fundamentais, identificadas na Declaração da OIT de 1998, sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, especialmente, as relativas à Protecção dos salários e à Segurança e Saúde no Trabalho, bem como as Convenções de Governança relativas à Inspeção Geral do Trabalho, Políticas de Emprego e consulta Tripartida.

A Organização Internacional para as Migrações (OIM),

lembrou, é uma organização intergovernamental líder no campo da migração, criada em 1951 e que passou como Agência das Nações Unidas para Migração em 2016.

A ministra considera que desde a assinatura da Paz em 2002, com a estabilidade política, Angola tem registado um crescimento económico, o que estimula a migração no país e serve como trânsito e destino de trabalhadores migrantes, tanto no mercado formal quanto no informal.



GOVERNO DE ANGOLA | **maptss.gov.ao**
REPUBLICA ADMINISTRATIVA, TRIBUTARIA E SOCIAL

INSCREVE-SE NO NOSO CANAL OFICIAL DO YOUTUBE

Fique por dentro de todas as actualizações no sector da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social.

f @ maptssangola

Angola sem política para os trabalhadores migrantes



O chefe de Escritório interino da Organização Internacional para as Migrações (OIM), Alberto Muxa afirmou, que Angola não dispõe de uma política laboral para os trabalhadores migrantes.

Para o efeito, destacou que a realização do Workshop, serviu para criar uma rede que vai elaborar um diploma para o efeito.

O representante da OIM referiu que a iniciativa teve em conta o mercado angolano que é constituído por uma grande mão-de-obra de migrantes, daí surgiu a necessidade de contactar o MAPTSS para abordar a situação e apresentar iniciativas para elaborar uma política.

Esta política, realçou, vai facilitar ao Governo angolano, a ter acesso ao número real de migrantes que trabalham no país, tanto no mercado formal como informal. Garantiu que a nova medida vai facilitar aos migrantes a ter a sua protecção durante o desempenho das suas funções, ao mesmo tempo diminuir as irregularidades em Angola.

Importa referir que a Organização Internacional para as Migrações (OIM) criada em 1951 e passou como Agência das Nações Unidas para Migração desde 2016, destinada a trabalhadores migrantes no mercado formal e informal.

As autoridades angolanas consideram que desde o alcance da paz, em 2002, o país tem registado um crescimento económico contínuo estimulado pela migração, daí ser necessário a elaboração de políticas para servir de ferramentas aos instrumentos legais existentes.

IGT tem registado 20 mil trabalhadores estrangeiros

O inspetor-geral do Trabalho, Vassili Agostinho afirmou, em Luanda, que o país tem registado 20 mil trabalhadores estrangeiros não residentes.

Vassili Agostinho falava à margem do Workshop realizado, pela Organização Internacional para os Migrantes e o Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), sobre a Política Laboral para os Migrantes em Angola (Processo de Recrutamento), que contou com a presença do ministro do Interior, Eugénio Laborinho, a ministra Teresa Rodrigues Dias, Secretário de Estado do Trabalho e Segurança Social, Pedro Filipe, Secretário de Estado para o Petróleo e Gás José Barroso e o Secretário interino da OIM, Alberto Muxa.

No Workshop, foram abordadas questões relacionadas com o mecanismo de recrutamento de migrantes nas empresas do país.

O inspetor-geral da IGT realçou que as contratações normalmente ocorrem naquelas situações em que o país não é autossuficiente na mão-de-obra ou quando as empresas não conseguem encontrar no mercado local a força de trabalho qualificada para o efeito.

Vassili Agostinho destacou que a IGT tem verificado a mão-de-obra expatriada existente no país, durante as acções inspectivas.

Revelou que a questão da ilegalidade dos trabalhadores estrangeiros é controlada pelos Serviços de Migração Estrangeiro (SME) e as situações de irregularidades são encaminhadas a este órgão.

O inspetor-geral destacou que o Decreto Presidencial 43/17 de 6 de Março, que aprova o regime jurídico da actividade profissional do trabalhador estrangeiro não residente em Angola, estabelece que o registo de contrato deve ser feito nos centros de emprego, mediante ao pagamento de uma taxa de cinco por cento.



SIAC MARCONI

Visite-nos na Centralidade do Marconi
Acesse nosso site: www.siac.com

Centralidade do Marconi, Cazenga
Luanda-ANGOLA

+244 923 619 156, +244 990 619 156, +244 222 691 904
siac@siac.gv.ao
faleconnosco@siac.gv.ao



DESTAQUES DE OUTUBRO



Ministérios da Juventude e Desportos e o MAPTSS mantiveram um encontro de trabalho.

O Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social manteve no dia 12 de outubro de 2021, no Edifício sede do MAPTSS, no 3º piso um encontro de trabalho, entre os representantes dos Ministérios da Juventude e Desportos e da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social.

O encontro teve por objectivo a apresentação da proposta de Decreto Presidencial sobre a Protecção Social Obrigatória dos praticantes desportistas. Pretendeu-se com o encontro alargar a protecção social obrigatória aos desportistas tendo por base as normas jurídicas vigentes no país, decorrente da obrigação Constitucional (n.º 1 do Art.º 77.º da CRA), bem como legal (v. Art.ºs. 10.º e ss da Lei n.º 7/04, de 15 de Outubro, Lei de Bases da Protecção Social e Art.º 61º, nº1, da Lei n.º 5/14, de 20 de Maio, Lei do Desporto) de alargamento da protecção social a este grupo de cidadãos.



Alargamento da Protecção Social Obrigatória aos Trabalhadores das Actividades de Baixo Rendimento

No âmbito da implementação do Decreto Presidencial nº295/20 de 18 de Novembro, que estabelece a cobertura da protecção social obrigatória aos trabalhadores das actividades económicas geradoras de baixos rendimentos, o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), tem levado acabo uma série de campanhas de sensibilização. No dia 30 de Outubro, uma equipa deslocou-se até o mercado do trinta em Viana e no mercado do Peixe em Cacuaco, com o objectivo de sensibilizar os comerciantes.

A referida acção visa, entre outras questões, explicar às administrações dos mercados e aos vendedores, as funcionalidades do novo regime do Alargamento da Protecção Social Obrigatória aos Trabalhadores das Actividades de Baixo Rendimento, bem como despertar o interesse dos comerciantes em unirem-se em cooperativas, para poderem inscreverem-se no Sistema de Protecção Social Obrigatória e indicar os passos a seguir para a inscrição.

A ocasião serviu também para a realização de inscrição de contribuintes, impressão de cartões e extratos de segurados.

Até ao momento, já foram realizados encontros com comerciantes afectos à Associação Mercantil de Pequenas e Médias Cantinas de Angola, com Cooperativas das Pescas e do sector Agropecuário, além de uma acção de sensibilização no mercado do Asa Branca, em Luanda.

O desafio é levar este tipo de acção a todas as províncias do país.



Estágios remunerados atingem mais de mil beneficiários em todo o país

O programa de estágios profissionais, que é um dos itens contidos no Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (PAPE), em execução, atingiu a cifra dos 1,300 beneficiários nas mais diversas empresas e especialidades, deu a conhecer, em Luanda o Secretário do Estado do Trabalho e Segurança Social. De acordo com o governante, para este ano, o número de beneficiários ultrapassou a expectativa das acções que estavam programadas, o que, frisou, constitui em sucesso no que a implementação do projecto, que é de iniciativa presidencial, diz respeito.

Para o secretário de estado, apesar da conjuntura, face ao quadro pandémico que o país e o mundo vivem, em função da Covid-19, ainda assim muitas são as empresas que estão a aderir ao programa de estágios profissionais remunerados, dando a possibilidade de muitos jovens recém-formados pelos Centros de Formação tutelados pelo INEFOP, universidades e institutos médios demonstrarem as suas habilidades.

Pedro Filipe avançou ainda, que a Petromar foi uma das muitas empresas que abraçou o programa de estágios profissionais. A empresa do ramo petrolífero acolheu 100 jovens.

O grupo de 100 profissionais recém-formados vai juntar-se a outros 100 que já se encontram na mesma instituição a estagiarem, totalizando 200.

“Findo o prazo dos estágios, as empresas são livres de contratarem os profissionais com valências para o trabalho que se pretende”. Adiantou o secretário de estado do Trabalho e Segurança Social



INSS dá início a realização da Prova de vida para os pensionistas

O Instituto Nacional de Segurança Social, deu início no dia 3 de Novembro, ao processo de realização da Prova de Vida para os pensionistas que fazem anos nos meses de Julho, Agosto e Setembro.

Já os pensionistas que completam idade nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro devem fazer a prova de vida no mês de Dezembro de 2021, o mês de Janeiro de 2022 estará destinado aos pensionistas que completam anos nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março e os pensionistas que completam anos

nos meses de Abril, Maio e Julho farão a prova de vida no mês de Fevereiro de 2022.

Todo o beneficiário da Pensão de Sobrevivência, deverá realizar a prova de vida no mês de aniversário do pensionista falecido.

As agências do INSS a nível nacional, estarão abertas aos sábados, dias 06, 13, 20 e 27 do corrente mês das 8h00 às 12h00 para atendimento exclusivo dos pensionistas que queiram efectuar a prova de vida.

A partir de Julho de 2022, cada pensionista deverá executar a prova de vida no seu mês de nascimento.



Ministra Teresa Dias efetuou uma visita a feira da mulher rural em Luanda

Sob o lema: “Mulheres e Raparigas Rurais a Construir uma Resistência Climática”, a Organização da Mulher Angolana (OMA), realizou em Luanda a feira da Mulher Rural.

Mulheres de diferentes províncias juntaram-se no Pavilhão Multi-uso do Kilamba e expuseram produtos diversificados.

O Instituto Nacional da Segurança Social, montou uma tenda, não para expor produtos agrícolas, mas para sensibilizar as comerciantes sobre a importância da inscrição na Segurança Social, a luz do Decreto Presidencial nº 295/20 de 18.

O Executivo criou o regime da protecção social obrigatória dos trabalhadores por conta de outrem de actividades geradoras de baixo rendimento, nomeadamente os trabalhadores agrícolas, das pescas e das pequenas actividades económicas.

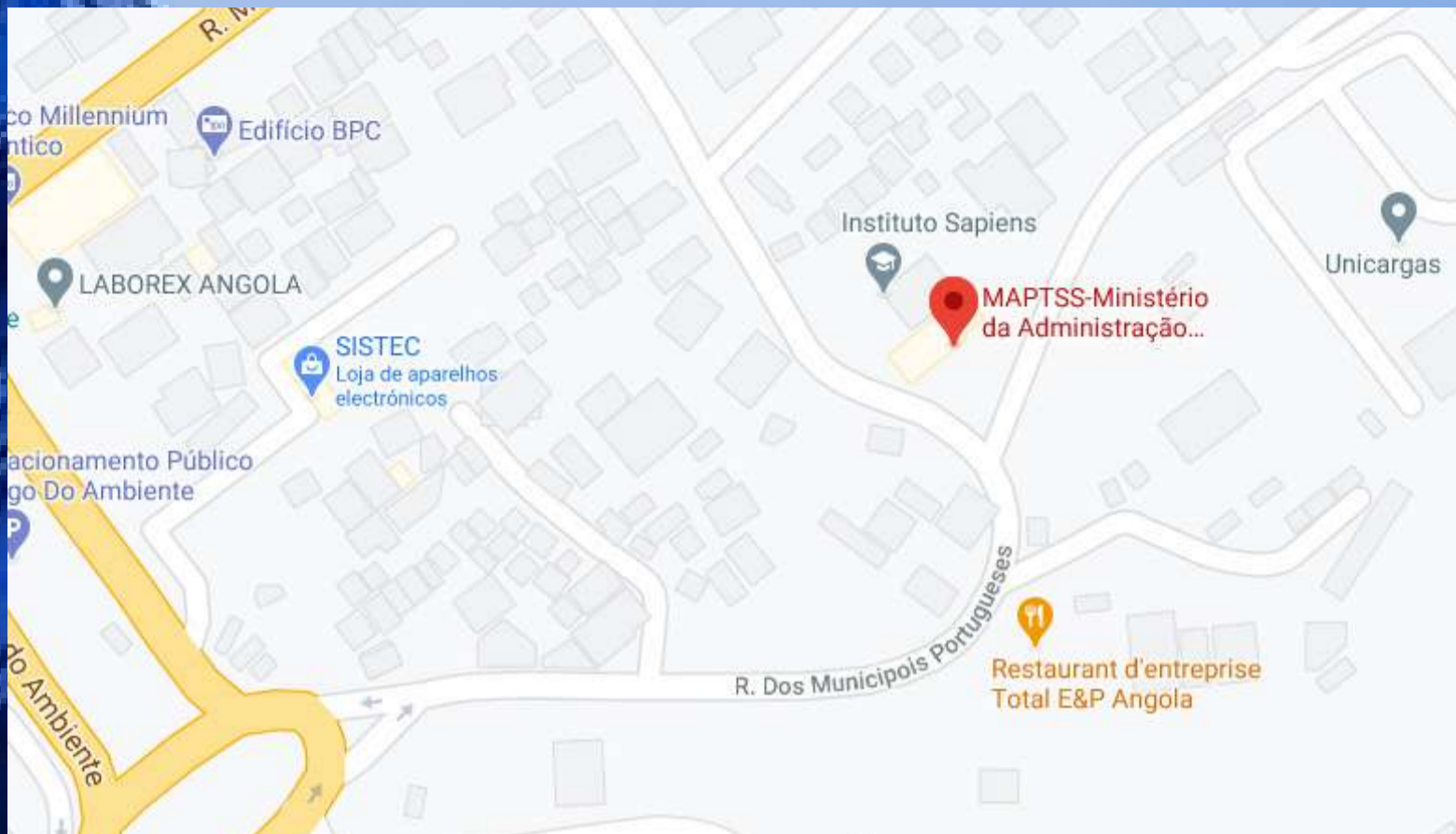
Fizeram-se presentes no evento várias individualidades com destaque para a Ministra da Administração Pública Trabalho e Segurança Social, Teresa Dias que percorreu por algumas bancadas montadas.

Receba as nossas
NEWSLETTERS
em primeira mão

www.maptss.gov.ao

Escreva para nós em:
maptssnews@maptss.gov.ao
e receba a sua newsletter todos os meses
na sua caixa de correio ou no seu telemóvel





Escreva para nós em maptssnews@maptss.gov.ao e receba a sua newsletter todos os meses na sua caixa de correio ou no seu telemóvel

FICHA TÉCNICA

Propriedade: Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS)

Redacção e Edição: Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação Institucional (GTICI - MAPTSS)

Periodicidade: Mensal

Título: MAPTSSNEWS

Edição: Outubro de 2021 N°11

Teresa Rodrigues Dias,
Ministra da Administração Pública,
Trabalho e Segurança Social

Vânio António Gaspar Americano,
Secretário de Estado da Administração Pública

Pedro José Filipe,
Secretário de Estado do Trabalho
e Segurança Social

Anderson Mota,
Director do Gabinete de
Tecnologias de Informação
e Comunicação Institucional

Julião Neto,
Chefe do Departamento de
Comunicação Institucional

Alberto Capitia,
Coordenador de Produção

Zidane Luís,
Paginação

**Esperança Lázaro,
Maria Lemos e Aida Coelho,**
Textos

Morada:
Ingombota,
Rua dos Municípios Portugueses
Luanda - Angola
Edifício do Ministério da Administração
Pública, Trabalho e Segurança Social

Contactos:
+244 222 336 095
www.maptss.gov.ao
gtici@maptss.gov.ao



[@maptssangola](https://www.instagram.com/maptssangola)